DIREITO À HABITAÇÃO: EM PORTUGAL, COMO EM ESPANHA A SOLUÇÃO ESTÁ NA FORÇA DA LUTA DO POVO!

GOLPE DE VISTA



Na passada semana, a extrema-direita deu a mão ao Governo para viabilizar uma proposta que aumenta as rendas sem limites, dificulta o acesso ao arrendamento e reduz os direitos dos inquilinos, enquanto os preços continuam a aumentar sem limite.

O Governo pediu ao Parlamento autorização para dar mais poder aos senhorios e menos segurança aos inquilinos. O Chega deu a mão ao PSD. Querem três rendas antecipadas, despejos facilitados, o fim do travão de 2% de aumento nos novos contratos. Perante rendas incomportáveis, o Governo quer (neo)liberalizar ainda mais o mercado.

OUTRO CAMINHO ALTERNATIVO

Mas há outro caminho, como têm demonstrado os povos de Espanha em luta pelo direito à habitação e como também defendem várias associações e os partidos de esquerda em Portugal: tetos máximos às rendas, definidos por critérios objetivos como a localização, a tipologia e a qualidade da habitação, condicionar os benefícios fiscais a rendas verdadeiramente acessíveis. O Estado não pode dar borlas de milhões aos fundos imobiliários e outros proprietários sem contrapartidas, nem subsidiar rendas de 2300 euros a que o Governo chama "rendas moderadas". Há que proteger os inquilinos em arrendamento informal, garantindo que podem exigir a regularização dos seus contratos sem esperar por uma ameaça de despejo.

A direita votou contra todas estas propostas. Preferiu mudar a lei para facilitar despejos e liberalizar rendas. Os portugueses estão fartos de ser empurrados para a rua e vão demonstrá-lo nas ruas. Já estão convocadas manifestações em Lisboa e Porto, no dia 10 de Outubro.

Manifestações apelam à greve geral pela habitação em Espanha

Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se este sábado em várias cidades espanholas após o chumbo das leis que impunham moratórias aos despejos e à compra de imóveis pelos "fundos abutre"

A resposta ao chumbo dos partidos da direita na sexta-feira das propostas do Governo que procuravam evitar mais despejos como o de Maricarmen surgiu este sábado nas ruas de Espanha. As ruas do centro de Madrid encheram.se de gente - meio milhão segundo os organizadores, 70 mil segundo a delegação do Governo - a apelar à convocatória de uma greve geral pela habitação.

"Não vamos tolerar mais quatro anos sem resolver o maior problema deste país. A acampada continua e agora queremos recuperar um instrumento histórico da classe trabalhadora: a greve geral", afirmou a porta-voz do Sindicato de Inquilinos, Valeria Racu, no início da manifestação em Madrid, uma das 54 cidades espanholas que saiu à rua no sábado.

As manifestações contaram com a presença de membros de inúmeros coletivos, partidos e sindicatos e foram muitos os apelos à confluência das lutas.

A SOLIDARIEDADE COM MARICARMEN

Ao terceiro dia de acampada na Porta do Sol, chegaram boas notícias. O fundo Urbigestion, que por várias vezes tentou despejar Maricarmen, de 87 anos, de sua casa onde vivia há mais de 70 anos, e só o conseguiu na semana passada, recuou após a indignação que atravessou toda a Espanha e propôs um acordo que permite a Maricarmen regressar a casa logo que obtenha alta do hospital onde foi internada após o despejo. O acordo foi negociado com o Sindicato de Inquilinos e pela advogada de Maricarmen e mediado pela autarquia de Madrid, que entrou em cena para tentar desmobilizar o acampamento montado numa das principais praças turísticas da cidade.

A outra boa notícia recebida na Porta do Sol foi que algumas das manifestações realizadas noutras cidades espanholas em apoio a Maricarmen e a um decreto com medidas reais para travar os especuladores terminaram também em acampadas em cidades como Sevilha, Murcia, Málaga, Palma, Santiago de Compostela, Córdoba, Cádis, Bilbau, entre outras.

Mas a expetativa gorou-se quando se conhecerem os detalhes dos dois decretos que PSOE e Sumar acordaram, o Governo aprovou e o Congresso dos Deputados acabou por chumbar com os votos contra do PP, do Vox e dos nacionalistas da direita catalã Junts. A questão de serem dois diplomas é relevante, pois um contém uma das principais reivindicações do movimento - a renovação automática dos contratos de arrendamento - que não dispõe do apoio de toda a base que sustenta o Governo.

A opção de separar os decretos foi contestada pelo Podemos, acusando o governo de Pedro Sánchez de ter encontrado uma forma de deixar cair as medidas mais transformadoras. A líder do partido, Ione Belarra, diz que a proposta do Governo não passa de um "remendo" e diz ser inaceitável que não esteja em cima da mesa a proposta de expropriação das casas nas mãos dos fundos-abutre ou o fim dos apartamentos turísticos, para além da possibilidade do arrendamento por tempo indefinido.

NÚCLEO DE VISEU DA OLHO VIVO - ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO, AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

email: olhovivo.viseu@gmail.com
telemóvel: 912522690
Facebook: Associação Olho Vivo - núcleo de Viseu

CIM VISEU DÃO LAFÕES ESTABELECE PARCERIA ESTRATÉGICA COM A ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA



A Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões formalizou um protocolo de colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa (ENSP NOVA). Esta parceria estratégica reforça a aposta na qualificação técnica dos municípios e dá início a um programa pioneiro de formação avançada, que reforça a preparação da região para os novos desafios da descentralização e da gestão local da saúde pública.

A assinatura pública do protocolo teve lugar no Solar do Vinho do Dão, em Viseu, e assinalou o arranque oficial do programa "Capacitação Avançada em Gestão Autárquica na Saúde". Esta iniciativa visa dotar eleitos locais, dirigentes e técnicos da CIM e dos 14 municípios do território de competências avançadas em planeamento, gestão e monitorização de políticas públicas de saúde e bem-estar.

A parceria entre a CIM Viseu Dão Lafões e a ENSP NOVA surge num momento particularmente relevante, marcado pelo processo de descentralização de competências no sector da saúde. Neste novo contexto, a ligação estratégica entre a CIM Viseu Dão Lafões e a ENSP NOVA – uma das mais prestigiadas instituições académicas portuguesas na área da saúde pública – permite criar uma ponte entre conhecimento científico de excelência e aplicação prática no território. "O objetivo passa por garantir que os municípios da região dispõem das ferramentas técnicas, estratégicas e organizacionais necessárias para responder ao novo paradigma de governação local da saúde", sublinha a CIM em nota de imprensa.

"Com esta iniciativa, a CIM Viseu Dão Lafões reforça o seu posicionamento como território inovador e preparado para liderar respostas diferenciadoras em áreas estratégicas para o futuro, consolidando a aposta numa governação pública orientada para as necessidades reais das populações", reconhece o presidente João Azevedo.

O programa formativo, desenvolvido em conjunto com a ENSP NOVA, terá uma duração total de 40 horas, em regime híbrido, combinando sessões presenciais e online. A formação abordará áreas fundamentais como o funcionamento do sistema de saúde e Serviço Nacional de Saúde, transferência de competências no domínio da saúde, fundamentos de saúde pública e cidades saudáveis, integração de cuidados e saúde digital, literacia em saúde, planeamento estratégico, avaliação económica, gestão de projetos e desenvolvimento de respostas intersectoriais de proximidade.

O protocolo prevê ainda o aprofundamento da cooperação entre as duas entidades em futuras iniciativas de capacitação, partilha de conhecimento, desenvolvimento de projetos conjuntos e disseminação de boas práticas aplicadas ao setor da saúde.

MUNICÍPIOS DE VISEU DÃO LAFÕES RECEBERAM EM SÁTÃO EQUIPAMENTOS PARA GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

O Largo de Sátão Bernardo em Sátão, serviu de palco à cerimónia de entrega, aos municípios de Viseu Dão Lafões, de equipamentos para gestão de combustíveis, iniciativa promovida pelo Ministério da Agricultura e Mar e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). A disponibilização destes meios integra o Programa de Mecanização para a Gestão de Combustível, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Do programa constou a assinatura dos protocolos de cedência de maquinaria e entrega dos tratores aos municípios da região de Viseu Dão Lafões. Sátão dispõe agora de um novo trator equipado com corta matos de correntes e destroçador de martelos fixos, que vai reforçar os meios ao serviço da gestão do território e da prevenção dos incêndios rurais. A disponibilização destes meios integra o Programa de Mecanização para a Gestão de Combustível, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Fizeram parte da mesa de honra o Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, o Presidente da Câmara Municipal de Sátão, Alexandre Vaz, o Presidente da Assembleia Municipal de Sátão, Paulo Santos e o Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, Nuno Banza.

